

Globalização *vis-a-vis* a história do nacionalismo na América Latina: o caso do Brasil

Céli Regina Jardim Pinto¹

Resumo

O artigo parte de uma questão central: é possível identificar uma reação à globalização do capitalismo, em termos de um movimento globalizado que envolva uma alternativa ao sistema ou à hegemonia do norte frente aos países do sul, muitos em condições de completa miserabilidade ou de profunda desigualdade social? Para examinar esta questão o presente trabalho está dividido em quatro pequenas partes: 1. internacionalismo e nacionalismo; 2. o nacionalismo no Brasil; 3. a sociedade civil global; 4. à guisa de conclusão: o encontro do Brasil com a sociedade civil global. O artigo conclui que estamos muito longe de uma sociedade civil global capaz de propor nova forma de vida, que problematize o sistema capitalista todas formas de exploração e de dominação de classe, de gênero, de raça, de etnia de culturas.

Palavras-chave: Globalização; nacionalismo; América Latina

Abstract

The article has as start point a central question: Is it possible to identify a reaction to the globalization of capitalism, in term of a globalized movement that involves an alternative to the system or to the north hegemony in relation to the south countries, many of them in conditions of complete miserably and deep social inequality? To examine this question the article is divided in to four small sections: 1.The Internationalism and nationalism; 2. The Nationalism in Brazil; 3. The global civil society; 4. A conclusion. This article concludes that we are far away from a global civil society able to propose a way of life that problematize the capitalist system and all forms of exploitation and class, gender and race dominations.

Key words: Globalization; nationalism; Latin America

O fenômeno que ficou conhecido como globalização nos últimos 30 anos encontra suas raízes em dois grandes polos: a nova fase

¹ Doutora em Ciência Política. Professora da UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPel.

do capitalismo (neoliberal) que elegeu o mercado como o grande regulador da economia mundial, rompendo todas as fronteiras, mundializando as relações comerciais e financeiras; e a revolução na informação através da internet, que provocou uma profunda transformação na noção de tempo, possibilitando um imediatismo nas relações financeiras, comerciais e humanas até então inimaginável.

A grande alavanca do fenômeno foi a capacidade do capital mover-se, quase que instantaneamente, para as mais diferentes partes do mundo, ora como especulação, ora como transferência das grandes plantas industriais para países com mão de obra a baixo custo, como é o maior exemplo a China. Neste sentido, como bem aponta Chandhoke (2002), a globalização mantém a divisão entre centro e periferia, já que o capital globalizado é do centro e a periferia vive a reboque desta grande movimentação de recursos especulativos ou não.

A globalização é um fenômeno que não se restringe ao mundo econômico dos grandes interesses do capitalismo. Ela atinge, pela facilidade de comunicação, a cultura e a vida política de todos os cantos do planeta. As ditaduras, que antanho se ocupavam de impedir ou dificultar a saída de seus cidadãos dos limites territoriais do país, agora se veem frente a um inimigo mais poderoso - a internet - que mesmo sendo controlada, tem uma grande capacidade de se reinventar a cada momento. O fluxo de informação no mundo tem a mesma velocidade do fluxo de capital. Isto posto, cabe uma primeira questão: é possível identificar uma contraface da globalização do capitalismo, em termos de um movimento globalizado que envolva uma alternativa ao sistema ou à hegemonia do norte frente aos países do sul, muitos em condições de completa miserabilidade ou de profunda desigualdade social?

O presente artigo tem como propósito discutir a potencialidade da chamada sociedade civil global se opor à hegemonia do capitalismo globalizado com foco na América Latina, analisando particularmente o caso do Brasil. A hipótese que levanto é de que, no caso do Brasil, há um nacionalismo nas propostas progressistas que acompanha a história republicana do país, sendo isto uma tendência dos países periféricos que limita os espaços de atuação da sociedade civil global. Ao analisar esta questão o presente trabalho está dividido em quatro pequenas partes: 1. internacionalismo e nacionalismo; 2. o nacionalismo no Brasil; 3. a sociedade civil global; 4. à guisa de conclusão: o encontro do Brasil com a sociedade civil global.

1 Internacionalismo e nacionalismo

Antes de falar em globalização deve-se atentar que toda a produção intelectual e a luta que pautou o movimento socialista marxista no mundo foi internacionalista em sua essência. A Revolução sempre foi vista como mundial por dois principais motivos: a associação de Estado nacional aos interesses da burguesia e a crença que a revolução só triunfaria se derrotasse o capitalismo em todos os lugares. Marx, no mais militante de seus textos, o “Manifesto Comunista”, chamou a atenção para o sentido mundializado do capitalismo a partir das grandes descobertas do século XV e afirmou com veemência o internacionalismo da luta: “ademais, os comunistas são acusados de querer abolir a pátria e a nacionalidade. Os trabalhadores não têm pátria. Não podemos tomar deles aquilo que não possuem” (MARX e ENGELS, 2001, p.48).

O Movimento Comunista mundial organizou-se através de Internacionais, grandes encontros que definiam a estratégia comum de todos os proletários. O texto de abertura da 1º Internacional, realizada em 1864, em Londres, com a presença de Marx, é claro neste sentido:

[os proletários] possuem um elemento de sucesso - o número; mas o número só pesa na balança se unido pela combinação e guiado pelo conhecimento. A experiência passada mostrou como a falta de cuidado por este laço de fraternidade, que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a permanecer firmemente ao lado uns dos outros em toda a sua luta pela emancipação, será castigada pela derrota comum dos seus esforços incoerentes (MARX, s.d., s.p.).

Este pensamento incitou os operários de diferentes países, congregados em 28 de setembro de 1864, em uma reunião pública em St. Martin's Hall, a fundar a Associação Internacional. A 2º Internacional, realizada em Paris em 1889, mantinha a proposta da união do proletariado para discutir suas ideias de três em três anos, mas perdia sua força internacionalista, reconhecendo as particularidades nacionais.

No século XX, o movimento comunista debateu-se entre a necessidade de manter o internacionalismo e as realidades nacionais ditadas pela Revolução Russa, pelo aparecimento dos fascismos europeus, pelas lutas nacionalistas dos países periféricos, pelas lutas de independência das colônias asiáticas e africanas. Mesmo assim a ideia de internacionalismo se fez presente de forma muito forte. A 4ª Internacional, realizada na França, em 1921, com a presença de Trotski, retoma o internacionalismo como questão fundamental, com sua

conhecida tese de que a revolução socialista em um só país não tinha condições de triunfar.

As Internacionais comunistas e a Revolução Russa tiveram grande influência no movimento comunista nos países periféricos e no Brasil. A história do PCB e da esquerda em geral é povoada de eventos que marcam esta influência. Mas não é só na Europa que o pensamento comunista revolucionário tem esta forte ênfase no internacionalismo. A Revolução Cubana de 1959 a partir de seu maior enraizamento na década de 1960 traz para a América Latina, com muita força, a ideia da internacionalização da luta. A guerrilha de Guevara na década de 1960 e a participação do Exército cubano nas guerras de independência na África na década de 1970, o treinamento de guerrilheiros latino-americanos em Cuba, são eventos que atestam a natureza internacionalista da revolução cubana.

Evidentemente, a história do internacionalismo comunista tem matizes muito mais requintados que os parágrafos acima deixam antever, todavia, o que gostaria de marcar com cores fortes neste momento é o que se poderia chamar de paradoxo entre o internacionalismo do pensamento de esquerda e o que vou descrever adiante, o nacionalismo dos projetos do Brasil como país periférico. É possível ir mais longe e afirmar que os países periféricos, em geral, buscam constituir uma identidade como país se contrapondo ao internacionalismo do capital, quer na forma vista por Marx, quer na fase atual da chamada globalização, através de projetos de reafirmação nacional, e não de uma luta internacionalizada contra o capitalismo. Daí que a chamada sociedade civil global é muito mais um fenômeno dos países do centro do que da periferia, com veremos ao longo deste artigo.

A noção de nacionalismo se opõe quase que semanticamente às noções de mundo globalizado e de sociedade civil global. Entretanto, não é apenas sua antítese, o que se observa são movimentos e ideologias nacionalistas muito variadas e divergentes que podem ser em parte explicadas por posturas ideológicas, mas não se reduzem a elas. O Estado nacional, por exemplo, cumpre um papel fundamental no mundo globalizado: se perdeu seu poder de investidor, por um lado, tem cada vez mais se apresentado, pelo menos nos países centrais, como o gendarme dos interesses nacionais contra imigrantes. Nos países periféricos, muitas vezes atua como o reformador da legislação que regulamenta as relações de trabalho, para as acomodarem às novas necessidades do capitalismo globalizado. No que pese a importância deste tema, o presente artigo tem outra preocupação, que é a de anali-

sar a presença da sociedade civil global na América Latina e principalmente no Brasil, defendendo a tese da dificuldade de sua atuação.

2 0 Nacionalismo no Brasil

Nas próximas páginas pontuarei a atual noção de nacionalismo na América Latina, para, posteriormente, descrever um conjunto de manifestações nacionalistas na História Republicana Brasileira.

Domingues, discutindo a questão do nacionalismo na América Latina, caracteriza-o da seguinte forma:

[...] o nacionalismo nas Américas do Sul e Central mostra grande diferença em relação àquele que surgiu nos países 'centrais' do sistema global. Ele assumiu ao mesmo tempo uma posição defensiva e libertadora, bem como desenvolvimentista, que visava igualizar a situação das diversas nações no sistema global (2007, p.113).

Christensen, discutindo as políticas atuais na América Latina, vai na mesma direção afirmando que:

nationalism has been on the rise in Latin America during the last few years. Nationalizations of energy resources in Evo Morales Bolivia and the fiery anti-American and anti-imperialist rhetoric of Venezuela's president Hugo Chávez are the most notable examples of this tendency (2007, p.139).

O último autor traça um quadro bastante preciso dos países do cone sul, mostrando que a internacionalização via neoliberalismo na década de 1990 impingiu aos países mais pobres profunda crise, da qual não escapou nem economias ascendentes como a do Brasil. Mesmo assim, há diferenças fundamentais entre países como Venezuela, Bolívia e Equador de um lado, e Chile, Argentina e Brasil, do outro. Os primeiros têm muito de seus recursos naturais na mão de capital estrangeiro (inclusive do Brasil), os segundos intencionam cada vez mais se incorporar à economia globalizada.

Estamos aqui frente a dois fenômenos distintos. Chaves, Evo Morales e Rafael Correa articulam um discurso nacionalista anti-imperialista clássico com potencialidade de construir um discurso popular-populista com um nacionalismo radical, onde tanto o inimigo maior (os Estados Unidos) como o próprio Brasil aparecem como imperialis-

tas. Após a eleição do novo presidente do Paraguai, Fernando Lugo, a imprensa tem noticiado manifestações violentas contra brasileiros naquele país. Portanto, o que está aparecendo nestes países da América do Sul é um nacionalismo como política de Estado, o que não ocorre nos casos de Brasil, Chile e Argentina. Nos últimos, a questão do nacionalismo está em outro nível, que poderia ser chamado de discussão político-ideológica e neste patamar que se enfrentam propostas políticas, sociedade civil nacional e sociedade civil global.

O nacionalismo não tem ideologia, pode e tem sido apropriado tanto pela direita como pela esquerda ao longo de sua história. No Brasil, não tem sido diferente. Deixarei de lado o nacionalismo literário, romântico do século XIX e seu movimento mais contundente, a Semana de Arte moderna no ano de 1922. Interessa-me aqui primordialmente o nacionalismo político, que desde os seus primórdios foi muito diferente do nacionalismo ligado à pátria, estilo norte-americano.

O Brasil não constituiu um cidadão que tenha orgulho de seu país, de sua bandeira e de seus símbolos. Os brasileiros têm visto ao longo de sua história o Brasil e a si próprios com desconfiança, auto-atribuindo-se qualificações pouco elogiosas, como: malandro, pouco dado ao trabalho, sempre pronto a conseguir vantagens com um “jeitinho”. Argentinos, uruguaios e chilenos têm muito mais forte do que os brasileiros este sentido de nacionalidade, de pátria e de orgulho nacional. Isto, entretanto, não impede que o país tenha se construído no seu período republicano através de um conjunto de projetos nacionais, de bandeiras ideológicas diversas e de possibilidades de implantação muito díspares.

Pode-se dividir, para o propósito que estou querendo alcançar, os nacionalismos brasileiros em dois grandes grupos. O nacionalismo radical e o nacionalismo desenvolvimentista. No primeiro, novamente, podemos encontrar dois grupos: o nacionalismo de direita e o nacionalismo de esquerda².

O nacionalismo de direita aparece no Brasil com força em dois momentos: durante a década de 1930, com o movimento integralista; durante a ditadura nas décadas de 1960-70, em um grupo de militares.

O Integralismo seguia ideologicamente o fascismo dominante na época e preconizava um Estado forte, autoritário, disciplinado e,

² Para os propósitos deste artigo, deixarei de lado as manifestações intelectuais do nacionalismo, como, por exemplo, as de Oliveira Viana e de Nelson Werneck Sodré.

primordialmente, nacionalista. O Manifesto escrito pelo líder do movimento Plínio Salgado é ilustrativo deste tipo de postura:

o cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as Nações amigas, para com os filhos de outros países [...]. Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos (apud CARONE, 1985, p.309).

O Estado Novo getulista, da mesma época, também articulou o nacionalismo de inspiração fascista, com hinos, uniformes, formação de juventude organizada, cuidados com a língua portuguesa, buscando construir um sentido de unidade nacional. Mas foi além desta versão às vezes caricata, para se empenhar em um tipo de nacionalismo que marcou um tipo de pensamento até hoje vigente em setores diversos da sociedade brasileira: um nacionalismo econômico, onde o Estado aparece como grande investidor. Foi desta época a formação da Cia. Vale do Rio Doce, que tornou-se posteriormente uma das grandes siderúrgicas do mundo, e do Conselho Nacional do Petróleo, que contra pressões estrangeiras lançava a base para o monopólio estatal da exploração de petróleo no país (SOLA, 1971, p.377).

Para Sola (1971, p.266), o nacionalismo do Estado Novo combinava “exigências progressistas ao nível econômico com prática política impregnada de elementos ultra reacionários”. O nacionalismo de tipo econômico teve uma longa vida no Brasil, servindo de base para o pensamento de correntes de extração política diversas. Este nacionalismo, como observam Domingues e Christensen, teve uma forte coloração anti-imperialista e defensiva, e esteve sempre, malgrado sua diversidade ideológica, associado ao desenvolvimento econômico e à autonomia.

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização no Brasil podem-se identificar duas grandes linhas do pensamento nacionalista: o nacional desenvolvimentismo e a esquerda nacionalista. A primeira tornou-se a base ideológica do período, tendendo a confundir-se, algumas vezes, com interesse nacional de crescimento econômico, o que obrigatoriamente não é sinônimo de nacionalismo; a segunda, mais complexa, reúne desde ideias do PCB de aliança com a burguesia nacional como estágio necessário para se chegar ao comunismo, passando por um populismo radical até a ideia de revolução tendo como antagonismo o imperialismo exercido pelos Estados Unidos.

O governo Vargas pós-Estado Novo (1950-54) deu início ao que seria uma marca do pensamento desenvolvimentista no Brasil até o golpe de 1964. Carlos Fico assim sintetiza o período:

seja como for, o vetor ideológico imperou no segundo período de Vargas. A campanha pela criação do monopólio estatal do petróleo foi decisiva para a generalização do entendimento sobre os limites do desenvolvimento industrial brasileiro. Ela foi realmente popular, combinando a participação de militares, estudantes, operários etc. e, para além do tom nacionalista e mesmo ufanista que assumiu em vários momentos, representou uma ampla tomada de consciência dos problemas do subdesenvolvimento brasileiro. Resultou vitoriosa como a criação do monopólio sendo aprovada pelo Congresso Nacional em 1950. Porém, a campanha parecia querer dizer ‘o petróleo pelo menos, é nosso’ (2000, p.175).

Durante a década de 1950, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) reuniu intelectuais e tornou-se um espaço privilegiado de discussão de uma proposta para o desenvolvimento nacional. Alzira Abreu aponta o nacionalismo com um dos polos fundamentais da ideologia do ISEB:

a política de desenvolvimento brasileiro só comportava uma opção: teria que ser nacionalista, condição para a constituição de um Estado autônomo Segundo Vieira Pinto [membro do ISEB] a nação desenvolvida não tinha meios de comandar seu destino. Logo, para se reintegrar na pose de si mesma, ela teria que praticar uma política nacionalista, ou seja, adquirir a ‘essência da nação!’. Desta perspectiva, desenvolvimento econômico significava soberania e independência (2007, p.421).

O nacional desenvolvimentismo foi o projeto burguês brasileiro da década de 50, que teve seu momento mais acabado no governo de JK com o lema “50 anos em 5”. Miriam Limoeiro Cardoso assim descreve o nacionalismo de Juscelino:

a presença da soberania no discurso aparece como um marco distintivo de uma das muitas posições nacionalistas. Atinge aos nacionalistas em geral, desde as esquerdas – para as quais ela permite trazer o debate para o terreno que mais lhe agrada, o político, no seu nível não meramente factual, mas especificamente ideológico – até as Forças Armadas, muito ciosa de sua missão de defesa nacional (1977, p.86).

O governo JK não correspondeu a um nacionalismo econômico, ao contrário, esteve bastante aberto ao capital internacional, necessário para a industrialização de um país sem poupança interna. Nacionalismo foi substituído por soberania e pelo projeto de deixar de ser um país subdesenvolvido. A retórica do governo que se seguiu, o de Janio Quadros, foi bastante diferente, sem ter tido tempo para grandes mudanças econômicas, já que durou apenas nove meses. Ele teve, entretanto, tempo para esboçar uma política externa de não alinhamento, buscando alianças com os países de Terceiro Mundo. Neste período condecorou Ernesto Che Guevara, então ministro de Cuba, e mandou seu vice à China. O período que se sucedeu a estes dois governos corresponde aos três primeiros anos da década de 1960, que antecedem ao golpe militar. São eles anos de constante crise institucional e de radicalização do discurso político liderado pelo presidente da República João Goulart e por seu cunhado, Leonel Brizola, este último com um discurso fortemente nacionalista e anti-imperialista. Dez anos após a morte de Vargas, referindo-se à Carta Testamento, Brizola afirma:

a carta de Vargas é um manifesto revolucionário e nacionalista. O grande brasileiro denunciou o domínio e a espoliação internacional que vem martirizando o nosso povo e solapando a soberania da nossa pátria. Vargas conclamou 'a resistência e 'a luta [...] Vargas morreu para que a nossas consciências despertassem (apud FERREIRA, 2007, p.555).

A radicalização do início da década de 1960 era de cunho fortemente nacionalista. Leonel Brizola, na década anterior, como governador do estado do Rio Grande do Sul, já havia nacionalizado as companhias de energia elétrica e de telefonia. O discurso anti-imperialista radicalizava-se no período. No dia 13 de março de 1964, Goulart anunciou em comício no Rio de Janeiro para mais de meio milhão de pessoas a assinatura do decreto de encampação das refinarias particulares de derivado de petróleo. Menos de um mês após, foi deposto por força de um golpe militar.

De 1964 a 1985 o país passou por um longo período de governos militares. Durante este período o governo brasileiro foi um alavancador da industrialização e do crescimento do país, associando uma forte presença do Estado com uma maior permeabilidade com o capital estrangeiro (SALLUM JÚNIOR, 2000, p.419). Foi um período de grande restrição, a vida política e a oposição legal ao regime foram praticamente exterminadas. Apesar da forma monolítica como se apresentava a sociedade, os militares viviam envolvidos a dar soluções para

as suas facções internas, uma delas, conhecida como “linha dura”, teve grande participação na sucessão do governo Costa e Silva. Stepan assim caracteriza esta facção:

parte do atrativo que exercia o nacionalismo autoritário para os oficiais jovens residia em que lhes oferecia uma possibilidade de solucionar dois problemas de importância a uma só vez: a falta de um enérgico programa de ação e a falta de apoio popular. Sua ideologia nacionalista e antiamericana, assim como suas afirmações no sentido de que expropriariam grandes propriedades rurais com objetivos de distribuição entre os camponeses, poderia ter certo efeito político (1971, p.312).

Significativo perceber que mesmo entre os militares mais conservadores que haviam se rebelado contra o nacionalismo populista anti-imperialista do início da década de 1960 existia um forte sentimento antiamericano e nacionalista.

Em uma posição diametralmente oposta no espectro político, a oposição na clandestinidade retomava a ideia de revolução nacional e anti-imperialista. Ridenti destaca:

Independente[mente] da forma de estruturação (em partidos ou em comandos guerrilheiros), as organizações viam-se como vanguarda da revolução, fosse ela nacional-democrática ou socialista, e combatiam o capitalismo e o imperialismo norte americano (2007, p.29).

O Brasil redemocratizou-se na década de 1980, período de plena expansão capitalista, com a crise do bloco soviético e da constituição do discurso dominante da globalização neoliberal. Esta é uma época na qual a defesa do nacionalismo perde muito de sua substância, pela hegemonia de uma forte ideologia pró-mercado como o regulador da atividade econômica em contraposição ao Estado, que começa a ser associado, repetidamente, à crise, à corrupção e à incapacidade de administração. A necessidade de integração à ordem internacional passou a ser dominante nos discursos políticos e mesmo em algumas áreas da produção acadêmicas. Na atualidade, se analisarmos os discursos políticos estritos encontraremos pouco do nacionalismo presente ao longo da história republicana. Os arroubos nacionalistas e anti-imperialistas fazem parte dos programas de partidos, como o PSOL:

não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista. [grifado no original]

O capital financeiro-imperialista não se limita à sangria do pagamento da dívida e dos ajustes impostos pelo FMI. Pretende impor, agora, com os acordos em negociação (caso concreto da ALCA), as condições para um aumento maior da exploração, com a resultante dilapidação dos nossos recursos naturais e energéticos. A Amazônia é um alvo concreto. [...] Outro alvo das multinacionais são as bacias da Petrobrás (PSOL. Programa).

Ou, o PSTU:

o FMI dita os planos econômicos, as multinacionais controlam diretamente os setores mais dinâmicos da economia e as principais instituições do país estão nas mãos do imperialismo que impede a soberania nacional. Com a Alca o país será definitivamente reduzido à condição de colônia (PSTU. Programa).

No entanto, seria um grave engano na análise pensar que um país como o Brasil, que se constitui em termos de nação defensiva, incorporou o discurso da globalização e da sociedade civil globalizada, seja qual for sua versão. Atualmente pode se observar um deslocamento deste nacionalismo, por exemplo, de temas de política econômica para temas de meio ambiente. A questão da Amazônia, que sempre esteve no discurso político, como se pode ver inclusive no programa do PSOL, ganhou em 2008 um espaço especial na agenda pública, após uma reportagem de The New York Times afirmar que a Amazônia não pertencia ao Brasil, e sim a todos os habitantes do Planeta. Neste momento o Brasil se coloca na defensiva frente à sociedade civil global. Mas, antes de colocarmos algumas questões sobre este enfrentamento, cabe uma discussão sobre este novo ente público.

3 A Sociedade civil global

A noção de sociedade civil global está estreitamente ligada ao renascimento da própria noção de sociedade civil como ator político forte, ocorrido a partir da década de 80 do século passado. Se a última torna-se protagonista em função da crise do Estado e do neoliberalismo econômico, a primeira surge como contraponto às consequências destes mesmos fatores, quer pela fragilidade dos Estados, principalmente nos países periféricos, quer pela internacionalização do capital e

das decisões de política econômica. Assim como as sociedades civis nacionais, a sociedade civil global apresenta-se de duas formas distintas: como uma espécie de terceiro setor ou como um movimento global antiglobalização. Da primeira fazem parte as grandes ONGs internacionais; da segunda são exemplos: o Fórum Social Mundial, a ATTAC e as manifestações de Seattle e de Gênova acontecidas, respectivamente, em 1999 e em 2001.

Chandhoke, analisando o fenômeno da sociedade civil global, posiciona-se de uma forma muito crítica, minimizando inclusive as possíveis diferenças entre estas duas versões. Indicando o domínio da chamada sociedade civil global por ONGs internacionais, a autora constrói uma espécie de “lei de ferro da oligarquia”, isto é, mesmo na versão progressista revelam-se problemáticas. A questão central que preocupa a autora é a da participação e do próprio caráter democrático destas organizações. Chandhoke enuncia excelentes perguntas para pensar o tema, principalmente quando o foco são os países periféricos, como é o caso deste artigo:

after all, civil society in classical political theory is conceptualized as the space where ordinary men and women through the practices of their daily life acquire political agency and selfhood. Do the organisations of global civil society enhance this empowering process or constrain it? [...] to what extent can global civil society be autonomous of the state-centric world system and of the system of markets? In other terms, can global civil society provide us with a third and presumably an alternative way of organising international relations? Or is it bound by the same logic that characterises the other two systems? Just one point here: I take it as given that both the international political and the international economic order are dominated by the countries of Western Europe and by the United States. Is it possible that actors from the same parts of the world dominate global civil society? (2002, p.37).

As questões postas por Chandhoke recolocam a noção sociedade civil em um patamar de problematização muito mais complexa do que um juvenil entusiasmo de certa ciência social, pela presença, às vezes quase uma onipresença, deste novo ator internacional. Ocupemo-nos, pois, com cuidado das preocupações da autora. Em primeiro lugar, é mister chamar atenção para o deslocamento realmente geográfico que ocorre na luta entre centro e periferia em muito das manifestações que aconteceram nas últimas décadas. Tanto nas manifestações antiglobalização de Seattle e de Gênova, como na presença massiva das

ONGs nas conferências mundiais da ONU, as organizações eram formadas por agentes dos países centrais, colocando posições contrárias ao pensamento hegemônico destes mesmos países. Os países periféricos, cujas causas em tese estariam sendo defendidas, ocuparam, paradoxalmente, um papel periférico. Até mesmo o Fórum Social Mundial, em suas sucessivas edições em Porto Alegre, depois na Índia e na Venezuela, sempre teve como proponente e principal organizador uma grande ONG francesa, a ATTAC, que muito bem exemplifica o que estou tratando de focar.

Attac was founded in 1998 and its first concrete proposal was the taxation of financial transactions in order to create a development fund and to help curb stock market speculation. This is what gave A T T A C its name: the Association for the Taxation of Financial Transactions to Aid Citizens.

Today, the Attac network is present in many countries and is active on a wide range of issues: the WTO and international financial institutions, debt, taxation of financial transactions, tax havens, public services, water, free-trade zones (Mediterranean, American, European etc.).

In each country, the association has groups working on various themes. All of these groups are involved in national and international campaigns whose aim is to propose concrete alternatives to neoliberal orthodoxy, based on solidarity (ATTAC, s.d., s.p.).

O sentido de enfatizar esta característica é o de recolocar a discussão, o que não pressupõe a desqualificação da sociedade civil global como um agente novo e importante no mundo globalizado do novo século. Sem dúvida, temas que hoje são centrais nas agendas de todos os países do mundo foram levantados por estas organizações. Os temas tornaram-se preocupações das sociedades civis locais que forçaram governos a darem respostas ou, pelo menos, não ignorem questões, tais como: direitos humanos, trabalho escravo, trabalho infantil, direitos das mulheres e das minorias étnicas e a central questão ambiental, entre outros³.

A sociedade civil global não se constitui, por sua própria natureza, democraticamente. As ONGs das quais é formada se autodeclararam defensoras de causas que afetam populações muito distantes da

³ Para uma discussão sobre as diversas formas de ONGs e suas formas de inserção na sociedade, ver: Pinto (2005).

realidade dos membros das organizações, populações estas que não são consultadas, e muito menos representadas. Isto ocorre quando atuam nos países centrais, como nas manifestações contra a OMC e, também, quando atuam nos países periféricos. Um argumento a favor da sociedade civil global é de que também as organizações da sociedade civil nacional não são democráticas. Isto é parcialmente verdade, se tomarmos as ONGs com vocação de terceiro setor, isto é, aquelas que defendem o interesse do outro e substituem o Estado em uma espécie de caridade pós-moderna, são uma mistura de voluntariado com profissionalismo, organizadas de forma muito parecida com empresas privadas. De forma diversa, as ONGs onde há uma coincidência entre a causa e o sujeito (ex: ONGs de mulheres ou de negros ou de mulheres negras) tendem a ser mais politizadas e mais propícias a funcionamentos mais democráticos.

Chandhoke afirma que a sociedade civil global despolitizou a sociedade civil, instaurando a noção apolítica de governança. No que pese a importância das conclusões da autora sobre a feição não democrática da sociedade civil global, a questão da despolitização é um pouco mais complexa do que Chandhoke faz crer: não parece ser o local ou o global que define a condição de apolítica da sociedade civil, mas a forma como se coloca no cenário da luta política. Quando ela aparece como “terceiro setor”, substituindo o Estado em regiões pobres e cumprindo metas postas pelas grandes organizações internacionais como o Banco Mundial, certamente ela despolitiza, tratando questões de ordem político-ideológicas como se fossem questões de gerenciamento. Mas tal quadro também pode ser encontrado facilmente em organizações da sociedade civil local que têm as mesmas metas que as internacionais. De forma distinta, encontra-se tanto na sociedade global, como na local, posturas político-ideológicas claramente posicionadas à esquerda do espectro político.

Chelters, em via distinta da de Chandhoke, identifica o que chama de um “Alternative Globalization Movement”, no qual inclui todas as manifestações contra o OMC e o Fórum Social Mundial. Aí identifica auto-organização, participação e democracia, definindo o movimento:

as a ‘movement of movements’ or ‘network of networks’ (Melucci, 1996) the AGM has mounted confrontational collective action using consensus and directly democratic mechanisms in protests against transnational financial and administrative institutions. It has also carved out ‘new’ democratic spaces in which to deliberate on complex global problems and attempted to frame these problems within

the discourse of other worlds being possible (CHELTERS, 2004, p.335).

Chelters aponta para um aspecto importante do movimento internacional, que não é reconhecido por Chandhoke, qual seja: a perspectiva política e antagonica ao capitalismo internacional destas manifestações, que são acompanhadas pelas sociedades civis locais. Identificar estas distinções é fundamental para romper com uma visão maniqueísta que, por um lado, idealiza a sociedade civil e, de outro, demoniza. A sociedade civil, pela sua própria natureza, é fragmentada, diferenciada e complexa. Sua presença pode indicar situações muito diversas, dependendo de um conjunto de muitas variáveis. Entretanto, é difícil concordar com Chelters sobre o caráter democrático das grandes organizações, parece que ele confunde a luta pela democracia participativa com as próprias organizações.

Em síntese, para o propósito deste artigo é importante ter presente três características da sociedade civil global: 1. é primordialmente um fenômeno que se forma nos países centrais, atuando neles ou nos países periféricos; 2. não se constitui democraticamente; 3. é diversificada e complexa, não pode ser definida ideologicamente de forma unitária.

4 À guisa e de Conclusão

Ao longo das páginas anteriores me ocupei do internacionalismo inicial do movimento socialista-comunista, do nacionalismo das diversas propostas para o Brasil durante o século XX, do afloramento do contexto internacional da sociedade civil global. Como hipótese levantei que, no caso do Brasil, há um nacionalismo nas propostas progressistas que acompanha a história republicana do país; que isto é uma tendência dos países periféricos; e que, portanto, a sociedade civil global tem espaços muito limitados de atuação até pela sua própria conformação.

Não foi meu propósito analisar a atuação das organizações da sociedade global em confronto com a sociedade civil brasileira ou a de qualquer outro país latino americano, o que procurei examinar foi a construção de discursos de autonomia e de políticas de desenvolvimento ao longo do século XX, que foram nitidamente avessos ao internacionalismo. Tanto nos períodos autoritários, como nos democráticos; tanto nas palavras de governantes e de intelectuais moderados, como de radicais de direita e de esquerda, os países centrais e, primordialmente os Estados Unidos, aparecem como inimigos a serem afastados do cenário brasileiro.

Gostaria de concluir este artigo a partir do que pontuei em relação ao Brasil, chamando a atenção para o espaço limitado de possibilidades de atuação da sociedade civil global. E não somente por suas próprias limitações que chamamos a atenção no decorrer deste trabalho, mas principalmente pela pouca permeabilidade que o país tem à intervenção internacional, seja ela de que natureza for.

A reportagem de *The New York Times*, de 18 de maio de 2008, sobre a quem pertence afinal a Floresta Amazônica, é bom exemplo da relação entre ONGs e Brasil:

now, with the world focusing on the promises of biodiversity and the perils of global warming, a chorus of international leaders have ever more openly declared the Amazon part of a patrimony far larger than that of the nations that share its territory. 'Contrary to what Brazilians think, the Amazon is not their property, it belongs to all of us', Al Gore, then a senator, said in 1989 (*NEW YORK TIMES*, 18 may 2008, s.p.).

Retomando as palavras de Al Gore, a reportagem do NYT sustenta a ideia que o Estado não tem condições de defender a floresta e aponta que a política do Presidente Lula está dificultando a permanência de ONGs na região:

the government of President Luiz Inácio da Silva is pushing a law that would restrict access to the rain forest, requiring foreigners and Brazilians alike to obtain a special permit to enter it. Brazilian officials say it would separate bad non-governmental organizations from good ones, and deter so-called 'biopirates' - those who want to patent unique substances discovered in the forest (*NEW YORK TIMES*, 18 may 2008, s.p.).

A reação do Presidente Brasileiro à reportagem de *The New York Time* e sua repercussão internacional dá a medida deste nacionalismo como elemento da cultura política brasileira:

o mundo precisa entender que a Amazônia brasileira tem dono. É o povo brasileiro, que são os índios, os seringueiros, os pescadores, mas também somos nós, que temos consciência que é preciso diminuir o desmatamento e as queimadas (LULA apud *FOLHA DE SÃO PAULO*. 26 maio 2008, s.p.).

O cuidado com o território e com a presença de estrangeiros não se restringe ao Brasil, o presidente Evo Morales, da Bolívia, agiu forte no sentido de retomar refinarias estrangeiras em seu território, o que gerou um grande problema para o Brasil. O presidente do Paraguai, Nicanor Duarte⁴, não só pretende rediscutir o acordo que tem com o Brasil para a exploração da maior hidroelétrica do continente, com pretende tomar medidas drásticas contra agricultores brasileiros no país, que representam 95% da produção, o que está gerando atos de violência nas regiões de fronteira, como nos informa a imprensa:

incentivados pela decisão do presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, de expulsar os produtores rurais estrangeiros em situação ilegal naquele país, um grupo de cerca de 50 camponeses paraguaios atacou ontem dois fazendeiros brasileiros em terras paraguaias - os chamados brasiguaios - que estavam em suas propriedades, em Pirapey, a 150 quilômetros de Encarnación, capital do Departamento de Itapúa, no Paraguai, onde se concentra o foco de conflitos (GLOBO, 24 maio 2008, p.28).

Se quiséssemos extrapolar a América Latina com seus sentimentos nacionais bastava ler os jornais de maio de 2008 sobre a grande violência que estava ocorrendo nos bairros pobres de Joanesburgo entre sul-africanos e imigrantes de Zimbábue.

Em síntese. A sociedade civil global é uma criação dos países centrais, que independentemente das intenções, boas ou más, tem muito mais a ver com a problemática dos países centrais do que dos países para os quais dirige suas atuações. Mesmo quando buscam causas fortes como “um novo mundo é possível”, despolitizam a luta, na medida em que se afastam, por sua própria natureza, das questões que constituem cada povo e suas especificidades.

Estamos muito longe de uma sociedade civil global capaz de propor a partir da periferia uma nova forma de vida, que politize o sistema capitalista, as formas de exploração e de dominação de classe, de gênero, de raça, de etnia de culturas.

⁴ Nicanor Duarte foi presidente do Paraguai de 2003 a 2008.

Referências

ABREU Alzira Alves. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: AARÃO D.; FERREIRA. J. (Org.). **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2007.

ATTAC [Association for the Taxation of Financial Transactions to Aid Citizens]. **What is Attac?** Disponível em: <<http://tribes.tribe.net/attac>>. Acesso: 10 jan. 2012.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARONE, Edgar. **A República liberal**. São Paulo: Difel, 1985.

CHANDHOKE, Neera. The Limits of Global Civil Society. In: GLASIUS, M.; KALDOR, M.; ANHEIER, H. (Ed.). **Global Civil Society**. London: Oxford, 2002.

CHESTERS, Graeme. Global complexitiy and global civil society. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v.15, n.4, dec. 2004.

CHRISTENSEN, Steen Fryba. The Influence of nationalism in Mercosur and in South America – can the regional integration project survive? **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v.50, n.1, jan.-jun. 2007.

DOMINGUES, José Maurício. **Aproximações à América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: AARÃO D.; FERREIRA. J. (Org.). **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2007.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta – a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O Mundo precisa perceber que a Amazônia tem dono, diz Lula**. São Paulo, 26 maio 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u405451.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

GLOBO, O. **Camponeses atacam mais dois brasiguaios**. Rio de Janeiro, 24 maio 2008, p.28.

MARX, Karl. **Mensagem inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores**, 1864. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

MARX, Karl; ELGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

NEW YORK TIMES, THE. **Whose Rain Forest Is This, Anyway?** New York, 18 may 2008. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2008/05/18/weekinreview/18barrionuevo.html>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

PSOL [PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE]. **Programa**. Disponível em: <<http://psol50.org.br/partido/programa/>>. Acesso em 10 jan. 2012.

PSTU [PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO]. **Programa. O Brasil precisa de uma segunda independência!** Disponível em: <http://www.pstu.org.br/partido_programa.asp>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PINTO, Céli Regina J. A Sociedade civil e luta contra a fome no Brasil (1992-2003). **Sociedade e Estado**, Brasília, v.20, n.1, jan.-abr. 2005.

RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970. In: AARÃO D.; FERREIRA. J. (Org.). **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2007.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. A Condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta – a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 2000.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, G. (Org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel, 1971.

STEPAN. Alfred. **Brasil: los militares y la política**. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.